

## NÍVEL SUPERIOR

# **PROFESSOR LICENCIADO EM LÍNGUA PORTUGUESA**

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura

### INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se o Boletim de Questões que você recebeu corresponde ao cargo/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e no cartão resposta. Caso contrário, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
2. Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO RESPOSTA, destinado à marcação das respostas às questões objetivas.
3. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém a **Prova Objetiva com 50 (cinquenta) questões** - 10 de Português, 10 de Legislação Municipal, 10 de Legislação Pedagógica e 20 de Conhecimentos Específicos. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. **Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 14h e término às 18h (horário local).**
4. Para cada questão objetiva, são apresentadas 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D). Apenas uma responde corretamente à questão, considerando a numeração de 01 a 50.
5. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo e data de nascimento, constam na parte superior do CARTÃO RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que este registre a correção na Ata de Sala.
6. É obrigatório que o candidato assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO RESPOSTA, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
7. A marcação do CARTÃO RESPOSTA deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.
8. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo que consta no CARTÃO RESPOSTA.
9. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
10. **O CARTÃO RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas.**
11. Não será permitida, durante a realização da sua prova, comunicação entre os candidatos, nem utilização de máquinas calculadoras ou similares, de livros, de notas, de impressos ou consulta a qualquer material. Assim como, de aparelhos eletrônicos (*bip*, telefone celular, relógio do tipo *databank*, agenda eletrônica, etc.) e acessórios de chapelaria. O candidato receberá do fiscal de sala saco plástico para guarda do material, que deverão, obrigatoriamente, ser colocados embaixo de sua carteira, junto com os acessórios de chapelaria – itens 7.16 e 7.17 do edital de abertura do concurso. O descumprimento dos itens anteriormente citados e outros definidos no Edital nº 001/2018-PMC, implicará a eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.
12. O candidato somente poderá retirar-se da sala de provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 60(sessenta) minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.



## PORTUGUÊS

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 01 a 10.

### **Análise genética propõe novo rosto para Luzia: ela não era negra**

Evidências associam o crânio do Museu Nacional à Cultura Clóvis, da pré-história dos EUA – e cravam que os traços do povo de Lagoa Santa (MG) eram mais próximos dos indígenas atuais.

Guilherme Eler

01 Na última atualização feita à imprensa sobre o estado do crânio de Luzia,  
02 pesquisadores já haviam resgatado 80% da peça dos escombros do Museu  
03 Nacional do Rio de Janeiro. (...)

04 A representação original do boneco de Luzia perdeu-se no fogo, mas,  
05 ainda que tivesse sobrevivido, acabaria tendo que ser substituída. Uma dupla de  
06 estudos publicados nas revistas científicas *Cell* e *Science* reuniu novos  
07 argumentos para defender a tese de que a representação não corresponde de  
08 fato à forma como ela deveria ser retratada.

09 Quando estudava o crânio de Luzia ao final da década de 1980, o  
10 antropólogo e ex-professor da USP (Universidade de São Paulo) Walter Neves  
11 formulou uma hipótese sobre a origem da dona da ossada. Segundo Neves, as  
12 características de seu crânio eram diferentes das dos povos indígenas atuais, o  
13 que sinalizaria que Luzia pertenceu a um grupo de humanos que chegou à  
14 América, também pelo estreito Bering, antes do grupo que deu origem aos  
15 indígenas da época de Cabral. Nesse caso, a aparência de Luzia seria mais  
16 próxima da dos africanos negros. Por isso, o antropólogo forense britânico  
17 Richard Neave, em 1996, reconstruiu sua face imaginando-a negra.

18 O que os novos estudos argumentam, porém, é que todos os indígenas  
19 que já perambularam pelas Américas descendem de *uma única* população  
20 humana. Natural do leste asiático, esse grupo ancestral teria chegado ao  
21 continente cerca de 20 mil anos atrás. Ou seja: não houve nenhuma migração  
22 anterior a que Luzia pudesse pertencer. Ela era uma indígena comum.

23 O que aconteceu de verdade foi um pouco mais complicado: a onda que  
24 povoou a América se dividiu dentro do próprio continente. Onde hoje estão os  
25 EUA, um grupo que ficou conhecido como “Cultura Clóvis” prosperou e avançou  
26 em direção ao sul. Quando chegou por aqui, deu origem a populações como a de  
27 Lagoa Santa (MG) – à qual pertence Luzia. Luzia, então, é “neta” de Clóvis.

28 Essa relação entre os primeiros americanos do norte e os primeiros do sul  
29 ficou clara pela análise de DNA de fósseis. Um esqueleto de 10 mil anos,  
30 encontrado em uma caverna do estado de Nevada, nos EUA, foi comparado com  
31 ossos da mesma idade naturais de Lagoa Santa. Mesmo distantes mais de 10 mil  
32 quilômetros, eram muito parecidos geneticamente. (...)

33 Depois de alguns de milhares de anos, uma *nova* onda migratória, distinta  
34 da Cultura Clóvis, desceu para a América do Sul e tomou conta de tudo. A  
35 população a que pertencia Luzia sumiu, assim como os Clóvis do norte, que são  
36 verificados pela última vez há 9 mil anos. Foram duas ondas, de fato, mas ambas  
37 originadas de uma só migração que entrou pelo Estreito de Bering. O que  
38 contraria a hipótese de Neves.

39 O processo que permitiu tais conclusões envolveu a participação de uma  
40 equipe internacional de 72 pesquisadores. Deles, 17 são brasileiros. Os autores  
41 se basearam na análise do genoma de 49 fósseis, achados em 15 sítios  
42 arqueológicos do Brasil, Argentina, Belize, Chile e Peru.

43 “Por mais acostumados que estejamos com a tradicional reconstrução  
44 facial de Luzia, com traços fortemente africanos, essa nova imagem reflete de  
45 forma muito mais precisa a fisionomia dos primeiros habitantes do Brasil,  
46 apresentando traços generalizados e indistintos a partir dos quais, ao longo dos  
47 milhares de anos, a grande diversidade ameríndia se estabeleceu”, explicou  
48 André Strauss, arqueólogo do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), da USP  
49 em entrevista à BBC Brasil. (...)

- 01** As pesquisas de que trata o texto resultaram na descoberta de que
- (A) a descrição física de Luzia era equivocada.
  - (B) a origem de Luzia ainda é desconhecida.
  - (C) Luzia viveu na época de Pedro Álvares Cabral.
  - (D) Luzia não pertencia à Cultura Clóvis.
- 02** De acordo com o texto, os novos estudos indicam que
- (A) nossos ancestrais chegaram ao território brasileiro há 20 mil anos.
  - (B) o povo a que pertencia Luzia deu origem aos norte-americanos.
  - (C) os indígenas americanos do norte e do sul têm a mesma origem.
  - (D) a comunidade de Luzia foi dizimada por imigrantes do leste asiático.
- 03** A pesquisa teve como base
- (A) novos estudos do DNA do fóssil de Luzia.
  - (B) achados de uma equipe multinacional.
  - (C) descobertas após o incêndio do Museu Nacional.
  - (D) a cooperação de um antropólogo forense.
- 04** No *lead*, o pequeno texto que ocorre após o título, o verbo *cravar* é sinônimo de
- (A) *fixar*.
  - (B) *destacar*.
  - (C) *estabelecer*.
  - (D) *assegurar*.
- 05** Em *Na última atualização feita à imprensa sobre o estado do crânio de Luzia, pesquisadores já haviam resgatado 80% da peça dos escombros do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. (linhas 1 a 3), o termo grifado refere-se a
- (A) *atualização*.
  - (B) *imprensa*.
  - (C) *crânio*.
  - (D) *Museu Nacional*.
- 06** O trecho em que uma palavra foi empregada em sentido conotativo é
- (A) *A representação original do boneco de Luzia perdeu-se no fogo, mas, ainda que tivesse sobrevivido, acabaria tendo que ser substituída* (linhas 4 e 5).
  - (B) *Nesse caso, a aparência de Luzia seria mais próxima da dos africanos negros* (linhas 15 e 16).
  - (C) *O que aconteceu de verdade foi um pouco mais complicado: a onda que povoou a América se dividiu dentro do próprio continente* (linhas 23 e 24).
  - (D) *Mesmo distantes mais de 10 mil quilômetros, eram muito parecidos geneticamente*. (linhas 31 e 32).
- 07** O ponto que separa os dois períodos **NÃO** poderia ser substituído por vírgula em
- (A) *Ou seja: não houve nenhuma migração anterior a que Luzia pudesse pertencer. Ela era uma indígena comum* (linhas 21 e 22).
  - (B) *O que aconteceu de verdade foi um pouco mais complicado: a onda que povoou a América se dividiu dentro do próprio continente. Onde hoje estão os EUA, um grupo que ficou conhecido como “Cultura Clóvis” prosperou e avançou em direção ao sul* (linhas 23 a 26).
  - (C) *Quando chegou por aqui, deu origem a populações como a de Lagoa Santa (MG) – à qual pertence Luzia. Luzia, então, é “neta” de Clóvis* (linhas 26 e 27).
  - (D) *Foram duas ondas, de fato, mas ambas originadas de uma só migração que entrou pelo Estreito de Bering. O que contraria a hipótese de Neves* (linhas 36 a 38).

- 08** O agente da ação expressa pelo verbo grifado está corretamente indicado em
- (A) *A representação original do boneco de Luzia perdeu-se no fogo, mas, ainda que tivesse sobrevivido, acabaria tendo que ser substituída* (linhas 4 e 5) → boneco.
  - (B) *Nesse caso, a aparência de Luzia seria mais próxima da dos africanos negros* (linhas 15 e 16) → Luzia.
  - (C) *O que aconteceu de verdade foi um pouco mais complicado: a onda que povoou a América se dividiu dentro do próprio continente* (linhas 23 e 24) → América.
  - (D) *Foram duas ondas, de fato, mas ambas originadas de uma só migração que entrou pelo Estreito de Bering* (linhas 36 e 37) → migração.

- 09** Em *Onde hoje estão os EUA, um grupo que ficou conhecido como “Cultura Clóvis” prosperou e avançou em direção ao sul.* (linhas 24 a 26), a palavra grifada é
- (A) advérbio.
  - (B) pronome.
  - (C) conjunção.
  - (D) interjeição.

- 10** O trecho *O que aconteceu de verdade foi um pouco mais complicado: a onda que povoou a América se dividiu dentro do próprio continente. Onde hoje estão os EUA, um grupo que ficou conhecido como “Cultura Clóvis” prosperou e avançou em direção ao sul. Quando chegou por aqui, deu origem a populações como a de Lagoa Santa (MG) – à qual pertence Luzia. Luzia, então, é “neta” de Clóvis.* (linhas 23 a 27) é
- (A) argumentativo.
  - (B) descritivo.
  - (C) narrativo.
  - (D) dissertativo.

## **LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

- 11** Nos termos da Lei n. 17.331/2008, além do vencimento e das vantagens previstas em lei, serão deferidos ao servidor adicionais. Sobre esses adicionais, é correto afirmar que
- (A) o adicional de férias será devido aos servidores estáveis e aos estabilizados à razão de 5,25% calculadas sobre o salário-base, a cada 3 (três) anos de serviço público efetivo prestados apenas aos poderes do município.
  - (B) o adicional de insalubridade ou de periculosidade será concedido a servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas, ou com risco de vida.
  - (C) o adicional de nível superior consistirá no pagamento de um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração.
  - (D) os adicionais são exclusivos de servidores públicos dos estados ou da União.
- 12** Caso o servidor público da administração direta ou indireta do município de Marabá deseje realizar atividades políticas partidárias, deve considerar que,
- (A) do período entre a escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo à véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, terá direito à licença com remuneração.
  - (B) a partir do registro da candidatura até o décimo dia seguinte ao da eleição, fará jus à licença sem remuneração.
  - (C) candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e que exerça cargo de provimento em comissão ou função de confiança ou cujas atividades estejam voltadas para a arrecadação ou a fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral até o décimo dia seguinte ao do pleito.
  - (D) caso eleito para o cargo de prefeito, poderá receber as duas remunerações somadas, como servidor e como prefeito.

- 13** Sobre a possibilidade de o servidor público da administração direta ou indireta do município de Marabá ausentar-se do serviço, é correto afirmar que poderá ausentar-se por
- (A) oito dias consecutivos para doação de sangue.
  - (B) oito dias consecutivos para alistar-se como eleitor.
  - (C) um dia por casamento.
  - (D) oito dias consecutivos pelo falecimento de irmão.
- 14** Sabe-se que o servidor público da administração direta ou indireta do município de Marabá necessita prezar por uma conduta profissional adequada, em harmonia com princípios. NÃO compreende princípio de conduta profissional desses servidores
- (A) o decoro.
  - (B) a dignidade.
  - (C) a consciência dos princípios morais.
  - (D) a desproporcionalidade.
- 15** Estabelece uma proibição ao servidor público da administração direta ou indireta do município de Marabá
- (A) ausentar-se do serviço durante o expediente, mesmo com prévia autorização do chefe imediato.
  - (B) valer-se do cargo para cumprir seus deveres enquanto servidor.
  - (C) atuar como procurador junto a repartições públicas para tratar de benefícios previdenciários de seu cônjuge.
  - (D) utilizar recursos materiais da repartição em atividades particulares.
- 16** Por conta de seus atos como servidor público da administração direta ou indireta do município de Marabá, o servidor pode ser responsabilizado civil, penal e administrativamente. Sobre essa responsabilização, é correto afirmar que
- (A) as sanções civis, penais e disciplinares, via de regra, poderão acumular-se, pois são independentes entre si.
  - (B) o dano que o servidor público causa a terceiro será arcado pela Fazenda Pública, que não poderá em ação regressiva obter indenização do servidor.
  - (C) a responsabilidade administrativa do servidor não será afastada, caso o servidor, na esfera penal, obtenha absolvição por negativa de autoria.
  - (D) o servidor não possui responsabilidade civil, eis que está regulamentada apenas sua responsabilidade penal e administrativa.
- 17** São sanções disciplinares que podem ser aplicadas ao servidor da administração pública direta ou indireta do município de Marabá:
- (A) advertência, suspensão, demissão, cassação da aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo de provimento em comissão e assédio moral.
  - (B) advertência, tortura, demissão, cassação da aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo de provimento em comissão e destituição de função comissionada.
  - (C) advertência, suspensão, retratação, cassação da aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo de provimento em comissão e destituição de função comissionada.
  - (D) advertência, suspensão, demissão, cassação da aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo de provimento em comissão e destituição de função comissionada.
- 18** Sobre as sanções disciplinares que podem ser aplicadas ao servidor da administração pública direta ou indireta do município de Marabá, é correto afirmar que
- (A) a advertência pode ser aplicada, quando o servidor cometer improbidade administrativa.
  - (B) a demissão pode ser aplicada, quando o servidor receber propina em razão das suas atribuições.
  - (C) a demissão pode ser aplicada, quando o servidor promover manifestação de desprezo no recinto da repartição.
  - (D) a suspensão pode ser aplicada, quando o servidor promover desvio de dinheiro público.

**19** Sobre o procedimento administrativo disciplinar no âmbito da administração pública direta ou indireta do município de Marabá, é correto afirmar que

- (A) o procedimento administrativo disciplinar ordinário será apropriado, quando for detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargo, emprego ou função, compreendendo as seguintes fases: instauração, instrução sumária e julgamento.
- (B) o procedimento administrativo disciplinar sumário é o instrumento destinado a apurar a responsabilidade de servidor por falta ou irregularidade praticada no exercício do cargo ou função, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, compreendendo dois procedimentos: sindicância e processo administrativo disciplinar.
- (C) o procedimento administrativo disciplinar ordinário é o instrumento destinado a apurar a responsabilidade de servidor por falta ou irregularidade praticada no exercício do cargo ou função, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, compreendendo dois procedimentos: sindicância e processo administrativo disciplinar.
- (D) a autoridade que instaurar o procedimento não deverá comunicar ao Ministério Público, havendo indícios da prática de crime durante o procedimento disciplinar ordinário.

**20** Durante o procedimento administrativo disciplinar no âmbito da administração pública direta ou indireta do município de Marabá, poderá ser determinado o afastamento preventivo do servidor. Sobre essa possibilidade, é correto afirmar que a autoridade que instaurar o processo administrativo disciplinar, para evitar que o servidor venha a influir na apuração da irregularidade,

- (A) poderá ordenar, sempre que julgar necessário, o afastamento do servidor do cargo pelo prazo de até sessenta dias, sem a perda da sua remuneração.
- (B) poderá ordenar, sempre que julgar necessário, o afastamento do servidor do cargo pelo prazo de até sessenta dias, com a perda da sua remuneração.
- (C) sempre ordenará o afastamento do servidor do cargo pelo prazo de até sessenta dias, sem a perda da sua remuneração.
- (D) poderá ordenar, sempre que julgar necessário, o afastamento do servidor do cargo pelo prazo de até sessenta dias, sem a perda da sua remuneração, prazo este que não pode ser prorrogado em nenhuma hipótese.

## **LEGISLAÇÃO PEDAGÓGICA**

**21** Segundo a Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação de direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Esta prioridade compreende

- (A) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção à infância e à juventude.
- (B) atendimento secundário nos serviços públicos ou de relevância pública.
- (C) seletividade em relação à formulação e execução de algumas políticas públicas.
- (D) recebimento de proteção e socorro em circunstâncias condicionadas à gravidade dos fatos.

**22** Em seu art. 54, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à educação. Para tanto, o Estado deverá

- (A) promover o atendimento educacional obrigatório somente no ensino fundamental e no ensino médio.
- (B) ofertar o ensino regular noturno para os adolescentes em situação de cumprimento de medidas sócio-educativas.
- (C) promover o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como um direito público e subjetivo para todas as crianças e adolescentes.
- (D) suprir crianças e adolescentes de material didático em comprovada condição de carência financeira da família.

**23** Em relação ao disposto na Carta Magna de 1988, em seu Art. 208, sobre o dever do Estado na garantia do direito à educação, estabelece

I - a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela tiveram acesso na idade própria;

II - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças a partir dos 5 anos de idade;

III - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IV - que o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade pública.

Estão corretas as seguintes afirmativas:

(A) I, II e III.

(B) II, III e IV.

(C) I, III e IV.

(D) I, II e IV.

**24** De acordo com a Constituição de 1988 e com a LDB 9.394/1996, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino, dividindo a responsabilidade entre os entes federados no processo de organização da oferta educacional. Assim, é possível afirmar que

I - a responsabilidade da educação infantil é da União;

II - os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil;

III - os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente nos ensinos fundamental e médio;

IV - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada são integrantes do sistema municipal de educação.

Estão corretos os itens

(A) I, II e III.

(B) II, III e IV.

(C) I, III e IV.

(D) I, II e IV.

**25** A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394/1996, em seu Capítulo II – Da educação Básica, estabelece as finalidades e as formas possíveis de organização da Educação Básica no Brasil:

I – tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores;

II – poderão organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados ou outras formas diversas em atendimento ao processo de aprendizagem recomendado;

III – a escola poderá proceder à reclassificação de estudos dos alunos quando se tratar de transferências entre estabelecimentos no País e no exterior;

IV – o calendário escolar deverá se adequar às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, podendo reduzir os número de horas e dias letivos previstos nesta Lei.

Estão corretos os itens

(A) I, III e IV.

(B) II, III e IV.

(C) I, II e IV.

(D) I, II e III.

RASCUNHO



**26** Segundo a Resolução CNE/CEB nº 05, de 17/12/2009, que fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, esta é compreendida como a primeira etapa da Educação Básica e deve ser oferecida em creches e pré-escolas. A Resolução estabelece que

I – as creches e pré-escolas se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno;

II - é dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção;

III - a frequência na Educação Infantil é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental;

IV – é obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

Estão corretos os itens

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.

**27** Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças por meio

- (A) da observação crítica e criteriosa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano, estabelecendo parâmetros racionais de comportamentos adequados a cada etapa.
- (B) de múltiplos registros realizados pelo professor (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.) de modo a dar materialidade ao controle da aprendizagem por meio de escalas de medidas e conceitos atribuídos às atividades realizadas pela criança.
- (C) da retenção das crianças na Educação Infantil quando não apresentarem o desenvolvimento adequado ao prosseguimento dos estudos.
- (D) da garantia da continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

**28** A LDB 9.394/1996, em seu Título IV – Da Organização da Educação Nacional, estabeleceu que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino, ficando a cargo de cada um deles a seguinte incumbência:

- (A) a União deverá manter os órgãos e instituições do sistema federal de ensino e estabelecer formas de colaboração com a rede privada de ensino superior.
- (B) a União poderá colaborar com Estados, Distrito Federal e Municípios quando houver aportes de recursos orçamentários disponíveis para tais investimentos.
- (C) os Estados deverão manter os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, definir com os Municípios formas de colaboração na oferta do ensino fundamental e oferecer com prioridade o ensino médio.
- (D) os Municípios deverão manter os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino oferecendo a educação infantil na fase da pré-escola e, como prioridade, o ensino fundamental.

RASCUNHO

**29** Na análise das estratégias estabelecidas para a educação infantil na Lei 13.005/2014 (PNE2014), é necessário

I - fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil priorizando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender à troca de experiências entre as crianças e suas comunidades;

II - priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

III - implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;

IV - fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

V - articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública.

Estão corretos os itens

- (A) II, III, IV e V.
- (B) I, II, IV e V.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, III, IV e V.

**30** Entre as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) está a

- (A) melhoria da qualidade da educação básica.
- (B) promoção do princípio da gestão democrática da educação pública e privada.
- (C) valorização dos (as) profissionais da educação superior.
- (D) promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

RASCUNHO

## **CONHECIMENTO ESPECÍFICO**

### **PROFESSOR LICENCIADO EM LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia o texto a seguir para responder às questões 31 a 33.

Que é língua?

Esta é uma questão que prefiro discutir partindo das noções de trabalho, de atividade. Assim, ao pensar a questão da linguagem e da língua, vejo a linguagem como uma atividade, como um trabalho. Um trabalho de homens, ou seja, de sujeitos que são histórica, social e culturalmente situados e que, através desse trabalho, dessa atividade, organizam, interpretam e dão forma a suas experiências e à realidade em que vivem. Começo, então, a refletir sobre a questão colocada a partir de uma definição de linguagem construída nesses termos, porque foi na relação com atividades de uma linguagem assim concebida – que se manifesta sempre em situações sociais de interlocução – que, por hipótese, se constituíram as chamadas línguas naturais, cada uma com suas características estruturais próprias, manifestas nos seus vários níveis de organização (fonológico, morfológico, sintático, semântico). Quero com isso dizer que é a linguagem, portanto, o lugar natural para se iniciarem os estudos sobre qualquer aspecto das línguas naturais, ainda que o recorte que se venha a fazer incida apenas sobre algum aspecto estrutural desses sistemas linguísticos. O fato de esses estudos se terem voltado – particularmente no momento em que a linguística, durante o movimento estruturalista, buscava se constituir como ciência – quase que exclusivamente para aquilo que parecia mais estruturado – o sistema linguístico – fez com que se desse ênfase a uma definição de língua como código, o que hoje se passou a questionar, por ser uma definição excessivamente redutora. Vejo a língua, portanto, como um sistema estruturado que, por situar-se no âmbito da linguagem, apresenta constante instabilidade e mutabilidade, características de quaisquer atividades do homem, tomado enquanto sujeito historicamente situado. (Entrevista de Bernadete Abaurre na obra *Conversas com lingüistas: virtudes e controvérsias da lingüística*, organizada por Antonio Carlos Xavier e Suzana Cortez, 2005).

- 31** A linguista Bernadete Abaurre defende que as línguas naturais são sistemas linguísticos
- (A) cujo lugar natural é a linguagem.
  - (B) ameaçados pela instabilidade e mutabilidade da linguagem.
  - (C) que possuem quatro níveis de organização: fonológico, morfológico, sintático e semântico.
  - (D) que se constituíram a partir da atividade humana de organizar, interpretar e dar forma à realidade.
- 32** A definição de língua como código, segundo a linguista, é redutora porque
- (A) não contribui para a compreensão da atividade humana.
  - (B) não relaciona a definição de língua à definição de linguagem.
  - (C) se refere quase que exclusivamente à organização do sistema linguístico.
  - (D) está relacionada ao momento em que a linguística buscava se constituir como ciência.
- 33** A definição de linguagem apresentada pela linguista implica considerar
- (A) a criticidade da atividade humana.
  - (B) a historicidade da atividade humana.
  - (C) a singularidade da atividade humana.
  - (D) a imprevisibilidade da atividade humana.

**34** A descrição e o registro das unidades e categorias linguísticas de uma determinada variedade da língua em uma abordagem sincrônica, bem como a descrição e o registro dos tipos de construções possíveis com esses elementos e as suas condições de uso é uma definição para um tipo de gramática que se denomina gramática

- (A) histórica.
- (B) universal.
- (C) descritiva.
- (D) normativa.

**35** Uma perspectiva dicotômica entre as modalidades de uso da língua, que faz parte da tradição dos estudos linguísticos, na atualidade é contestada em razão da impossibilidade de

- (A) comparar as modalidades de uso da língua.
- (B) simplificar as modalidades de uso da língua.
- (C) diferenciar as modalidades de uso da língua.
- (D) caracterizar as modalidades de uso da língua.

**36** “No Brasil, contudo, nossa história de contradições, nossas heranças coloniais ainda embaraçam a democratização da norma culta/comum/*standard*, em especial da norma escrita. Estamos longe de torná-la um fenômeno de amplo uso social. Primeiro, porque ainda não universalizamos a educação básica de 11 anos. Segundo, porque a educação linguística que oferecemos a nossos estudantes é ainda de baixíssima qualidade. E, por fim, não conseguimos ainda aceitar com clareza a nossa norma cult/comum/*standard* efetiva e nos aproveitamos, no jogo dos poderes simbólicos, da tradição que se consolidou na norma **curta**.” (FARACO, Carlos Alberto. Norma culta brasileira: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008; grifos do autor.). O jogo de palavras que faz o autor, entre norma culta e norma curta, se justifica em razão de ainda ser comum, no Brasil, uma(um)

- (A) recusa das mudanças linguísticas que se efetivaram no uso contemporâneo da língua.
- (B) incapacidade de ensinar a norma padrão linguística a todos os falantes de língua portuguesa.
- (C) desconhecimento generalizado da norma padrão registrada nas gramáticas de língua portuguesa.
- (D) valorização dos preceitos dogmáticos sobre a norma padrão linguística que já não se sustentam mais no uso contemporâneo da língua.

RASCUNHO

**37** “Não faz muito tempo, acompanhamos uma ruidosa polêmica na mídia nacional em torno do livro didático de língua portuguesa *Por uma vida melhor*, distribuído gratuitamente pelo MEC aos estudantes da EJA (Educação de Jovens e Adultos). A polêmica começou no dia 17 de maio de 2011, quando, no programa matinal Bom Dia Brasil da Rede Globo, o jornalista Alexandre Garcia noticiou, assumindo um tom condenatório, que o MEC estava financiando livros didáticos que fomentavam o uso do português errado. De modo previsível, o jornalista recorreu à tópica do ‘antigamente’ para ancorar sua argumentação, afirmando que, quando estava no primeiro ano do grupo escolar e falava errado, a professora o corrigia, preparando-o ‘para vencer na vida’, pois tinha como óbvio que ‘A educação liberta e torna a vida melhor, nos livra da ignorância, que é a condenação à vida difícil. Quem for nivelado por baixo terá a vida nivelada por baixo’. Disse, ainda, que, no Brasil, passa-se a mão nos erros por medo de constranger o outro e faz-se o mesmo com a língua, ‘aprova-se a palavra errada para não constranger’ o aluno.” (BARONAS, R. L.; COX, M. I. P. Para uma Vida Melhor na mídia: discurso, aforização e polêmica. Revista Linguagem em (Dis)curso, vol. 13, n. 1, 2013.).

“A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e, por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade. Algumas conferem prestígio ao falante, aumentando-lhe a credibilidade e o poder de persuasão; outras contribuem para formar-lhe uma imagem negativa, diminuindo-lhe as oportunidades. Há que se ter em conta ainda que essas reações dependem das circunstâncias que cercam a interação. Os alunos que chegam à escola falando ‘nós chegemu’, ‘abrido’ e ‘ele drome’, por exemplo, têm que ser respeitados e ver valorizadas as suas peculiaridades linguístico-culturais, mas têm o direito inalienável de aprender as variantes do prestígio dessas expressões.” (BORTONI-RICARDO, S. M. Nós chegemu na escola, e agora?: sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005).

Ao relacionarmos os dois excertos, é possível afirmar que

- (A) os postulados sociolinguísticos não têm o que contribuir com o aprendizado da língua materna nas escolas.
- (B) as reflexões, no cotidiano escolar, sobre a variação linguística são desafios para superar o preconceito linguístico.
- (C) os postulados sociolinguísticos têm sua inserção garantida no cotidiano escolar como norteadores das práticas de reflexão sobre a língua materna.
- (D) o processo de ascensão social que se incentiva nas escolas só será alcançado quando superada a variação linguística que caracteriza o uso das línguas.

RASCUNHO

**38** O enunciado em que se encontra o emprego de um elemento catafórico é

- (A) “Este livro está enraizado em minha memória de editor. Remonta a meados da década de 1970, quando o professor Moacir Gadotti regressava de Genebra e noticiou a publicação do livro *Conscientização*, do professor Paulo Freire.” (José Xavier Cortez)
- (B) “O presente trabalho tem várias motivações. Todas elas, porém, de um ou outro modo, dizem respeito ao fato de que, na disciplina que se denomina Análise do Discurso, há uma dificuldade muito grande para se passar da fase de conceituação do objeto – o discurso – para a análise propriamente dita.” (Ingo Voese)
- (C) “Percebemos, portanto, que a ocorrência de códigos restritos e de elaborados não está diretamente relacionada com as questões ligadas às classes sociais, mas, sim, com o tipo de relação social que é proporcionada por diferentes contextos. Em outras palavras: o código restrito se refere ao uso instrumental da linguagem e o elaborado, aos argumentativos, intelectuais ou artísticos.” (Claudia Riolfi)
- (D) “Fala e escrita como formas de manifestação da linguagem só se desenvolvem a partir de suas próprias realizações e do uso contínuo em situações significativas. Deve-se estimular o desenvolvimento de ambas as habilidades para que os interactantes possam expressar suas próprias idéias, suas dúvidas, seus problemas, questionamentos, sentimentos e inquietudes.” (Abuêndia Padilha Pinto)

**39** Na distinção entre gêneros e tipos textuais, Luiz Antônio Marcuschi os diferencia, respectivamente, por critérios

- (A) semânticos e sintáticos.
- (B) linguísticos e estilísticos.
- (C) estilísticos e sócio-comunicativos.
- (D) sócio-comunicativos e linguísticos.

**40** Sobre os gêneros textuais, é possível afirmar que sua relevância para o processo de ensino-aprendizagem da língua materna se justifica por ser um conceito que

- I. fixa a estrutura dos textos a serem analisados na escola;
- II. substitui o conceito de texto no processo de reflexão sobre a língua;
- III. relaciona a reflexão sobre a língua às práticas sociais de linguagem;
- IV. relaciona a configuração linguística dos textos às condições extralinguísticas de sua produção.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, III e IV.

**41** Em relação à sintaxe da língua portuguesa, afirmar que a estrutura da sentença não é linear, mas hierárquica, implica reconhecer que

- (A) há uma ordem fixa para a ordenação dos itens lexicais nas sentenças.
- (B) uma sentença se constitui pela justaposição de itens lexicais autônomos.
- (C) a posição dos itens lexicais nas sentenças é definida por critérios morfológicos.
- (D) os itens lexicais articulam-se em constituintes oracionais intermediários na estrutura global da sentença.

**42** Uma abordagem funcionalista do nível sintático das línguas implica

- I. realizar as análises nos limites da sentença;
- II. considerar que a função comunicativa da linguagem determina o modo como a língua está estruturada;
- III. compreender os processos sintáticos pelas relações que mantêm com os processos semântico e discursivo;
- IV. determinar uma ordem básica para os constituintes da sentença, da qual derivam todas as demais variações.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, III e IV.

RASCUNHO

43 Dos excertos a seguir, aquele que se refere ao nível semântico de análise linguística é

- (A) “Passamos grande parte da nossa vida contando aos outros as coisas que vimos, ouvimos, sentimos, falando de nossa própria relação com o mundo e com nós mesmos. Ao fazer isso, descrevemos o mundo da maneira como o vemos. (...) Por exemplo, a maioria das pessoas que olha para uma floresta vê ‘árvores e mato’. É que a cultura da maioria de nós não nos permite ir além. Um mateiro bem treinado, porém, não vai ver ‘árvores’, mas uma cerejeira, um mogno, um cedro, uma maracatiara, um ipê, um roxinho, um algodoeiro bravo, uma copaibeira etc., etc., e saberá atribuir um valor diferente a cada uma dessas variedades de árvores.” (Celso Ferrarezi Jr.).
- (B) “No *chat*, os alunos parecem ter uma maior liberdade para questionar a fixidez do lugar de fala. É como se entendessem que a mídia digital influencia na constituição do DP. Em nenhum momento, os participantes se referem ao evento do qual participam como uma aula, mas sempre como um **chat**, um **papo divertido**, no máximo como um **meio fácil e rápido de ensino** (cf. figura 01). Estas representações são influenciadas por uma característica marcante do gênero *chat*: sua natureza sincrônica. Isto significa que a aula, ao ser transmutada pelo gênero *chat*, passa a assumir características outras, como a natureza sincrônica do gênero que a transmutou. Evidentemente, que a relação imaginária que se estabelece entre os interlocutores tende a refletir as ‘novas’ condições de produção pelas quais passam o DP. Em outras palavras, os alunos representam a si e ao professor como *internautas* que participam de uma sala de *chat*.” (Júlio César Araújo).
- (C) “A narrativa de um texto é a história de um sujeito em busca de valores. Para que o sujeito tenha acesso aos valores, são eles inseridos nos objetos. Os objetos, com seus valores, circulam entre os sujeitos. Dessa forma, quando um sujeito ganha ou adquire um valor, outro sujeito doa esse valor ou é dele privado. A consequência disso é que a narrativa se desdobra e se redefine como a história de dois sujeitos interessados nos mesmos valores e em busca desses valores desejados. Os percursos dos dois sujeitos se encontram, portanto, e interferem um no outro. Assim, o conto popular *O Pequeno Polegar* é a história de um menino e de um gigante interessados na bota de sete léguas.” (Diana Luz Pessoa de Barros).
- (D) “A entrevista é considerada por muitos autores como ‘uma prática de linguagem altamente padronizada, que implica expectativas normativas específicas da parte dos interlocutores, como num jogo de papéis: o entrevistador abre e fecha a entrevista, faz perguntas, suscita a palavra do outro, incita a transmissão de informações, introduz novos assuntos, orienta e re-orienta a interação; o entrevistado, uma vez que aceita a situação, é obrigado a responder e fornecer as informações pedidas’ (Schneuwly e Dolz, no prelo). Desta forma, podemos dizer que o modelo canônico da entrevista é composto de pelo menos dois indivíduos, cada um com papel específico: o entrevistador, que é responsável pelas perguntas e o entrevistado, que é responsável pelas respostas. Quando houver mais de dois participantes, como, por exemplo, quando uma banda de rock é entrevistada, os vários membros da banda respondem às perguntas, mas continua havendo apenas dois papéis desempenhados – o de perguntador e o de respondedor.” (Judith Chambliss Hoffnagel).

44 Ataliba de Castilho, baseado nos estudos de Charles Morris, define a Pragmática como o estudo do signo na sua relação com

- (A) os outros signos.  
(B) o seu referente.  
(C) os usuários e as usuárias da língua.  
(D) as condições históricas de uso da língua.



- 45** Conforme os postulados de José Luiz Fiorin, os dêiticos são fatos linguísticos que
- (A) são compreendidos em função do ato de enunciar.
  - (B) se referem a todas as coordenadas de tempo e espaço nos enunciados.
  - (C) devem ser analisados na sua relação com os demais constituintes da sentença.
  - (D) são usos idiossincráticos que não podem ser sistematizados pela análise linguística.

**Leia o texto a seguir para responder às questões 46 e 47.**

“Por sua vez, o processo de democratização da leitura da literatura acontece quando o leitor dá expressão àquilo que se ofereceu à sua compreensão, porque qualquer discurso, como adverte Bakhtin (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1979), requer necessariamente a alteridade para se evidenciar. A alteridade é o texto, o gesto, a imagem, o som ou o movimento que se apresenta à sua inteligência; mas é igualmente o outro sujeito a quem ele manifesta seu entendimento. O dialogismo funda o ato de ler, supondo uma alteridade que se corporifica, de uma parte, no ser colocado à interpretação, de outra, no(s) outro(s) sujeito(s) a que expõe sua fala.

A alteridade tem fundamento social e coletivo, mostrando-se, também ela, dialética e contraditória. A leitura, intermediária entre sujeitos outros, não é apaziguadora, fortalecendo, pelo contrário, as possibilidades de divergência e debate. Logo, não se conforma com o cânone, autoritário e monológico, que circula graças a instituições que, como ele, calcam-se no arbítrio de detentores do poder. Assim, se almejar a adoção de uma posição democrática, popular e bem sucedida na sala de aula, a leitura da literatura, tomada na amplitude do conceito tradicional, ou considerada desde os distintos objetos que se apresentam à decifração do leitor, não pode se ater à transmissão do cânone enquanto um monumento resistente às intervenções dos seres que fazem funcionar a engrenagem da cultura e, por extensão, daquilo que genérica e insuficientemente é chamado de literatura.

Em sala de aula, esse posicionamento é o ponto de partida da atuação do professor, que, enquanto docente, promoverá o cotejo entre o patrimônio de cada leitor com o patrimônio social, histórico, político do grupo ou do público com o qual interage, considerando que a obra literária é igualmente esse outro sujeito em que o jogo entre o individual – a criação e a inovação – e o coletivo, traduzido pelos códigos estéticos, ideológicos, tradicionais e canônicos, expõe-se a cada momento em que se dá o contato com ela.” (ZILBERMAN, R. *Leitura na escola – entre a democratização e o cânone*. Revista Literatura em Debate, vol. 11, n. 21, 2017.).

- 46** Segundo a autora, a democratização da leitura dos textos literários na escola implica
- (A) abolir o trabalho com os textos canônicos da literatura, pois, atualmente, os leitores são resistentes a eles.
  - (B) privilegiar o trabalho com os textos canônicos da literatura, pois são aqueles que possibilitam a alteridade entre os leitores.
  - (C) ampliar o trabalho com o texto literário a partir dos textos canônicos, pois é na relação entre textos distintos que se efetiva a alteridade entre os leitores.
  - (D) restringir o trabalho com o texto literário aos textos canônicos, pois são eles que resistem às intervenções dos leitores no processo dialógico que funda o ato de ler.
- 47** A alteridade, na perspectiva da autora, refere-se à relação entre dois sujeitos, que, na prática da leitura dos textos literários, se corporificam no(na)
- (A) obra literária e no leitor.
  - (B) autor e na obra literária.
  - (C) autor e no leitor.
  - (D) obra literária e no professor.

RASCUNHO

**48** Na Base Nacional Curricular Comum, proposta pelo Ministério da Educação, as práticas de linguagem, os objetos de conhecimento e as habilidades requeridas estão relacionadas a campos de atuação. Entre esses campos, predomina, na proposta para o Ensino Fundamental II, o campo jornalístico/midiático. A inserção desse campo na definição das práticas, objetos e habilidades relacionados ao ensino da língua portuguesa é relevante em razão de, nesse campo,

- I. serem comuns os textos polifônicos;
- II. circularem textos que pertencem aos mais diversos gêneros discursivos;
- III. caracterizarem-se os textos pela sua neutralidade diante da realidade social;
- IV. serem diversos os recursos argumentativos a serviço do convencimento dos leitores/espectadores.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, III e IV.

**49** A pressuposição refere-se a um conteúdo implícito inscrito no enunciado. É possível reconhecer a sua ocorrência no seguinte enunciado:

- (A) As línguas faladas no mundo estão em processo de mudança.
- (B) A Morfologia é o ponto de maior controvérsia no estudo de linguagem natural.
- (C) A língua é um produto social, compartilhado entre os membros de uma comunidade linguística.
- (D) A laringe tem uma estrutura anatômica e um processo fisiológico complexo que é usado não somente na fala, mas na respiração.

**50** Considere-se os enunciados da canção Bom conselho, de Chico Buarque: “Eu semeio o vento; Na minha cidade; Vou pra rua e bebo a tempestade”. Na canção, o compositor remete ao provérbio que diz: “quem semeia vento, colhe tempestade”. Sobre a intertextualidade que se estabelece entre os enunciados da canção e do provérbio, é correto afirmar que

- (A) os enunciados da canção invalidam os enunciados do provérbio, já que aqueles são enunciados com autoria reconhecida.
- (B) possuem a mesma orientação argumentativa, já que, em ambas as ocorrências, os enunciados expressam um bom conselho.
- (C) os enunciados do provérbio reforçam os enunciados da canção, já que, em ambas as ocorrências, orientam para a inibição das consequências que traz a tempestade.
- (D) os enunciados da canção subvertem a orientação argumentativa dos enunciados do provérbio, já que aqueles orientam para o enfrentamento das consequências que traz a tempestade.

RASCUNHO